

O ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DISCURSIVA: uma proposta de trabalho

Ariana de Carvalho *

Gilmara dos Reis Ribeiro **

RESUMO: *Este trabalho tem por objetivo geral defender uma proposta subsidiada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998; 2000) e pela Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992; 1995; FAIRCLOUGH; WODAK, 1997; PEDRO, 1997) da aplicação da análise do discurso no contexto escolar. Como objetivo específico, o presente trabalho propõe a abordagem discursiva na sala de aula de língua materna como um processo social crítico-emancipatório do alunado. Para isso, propõe-se uma possível análise do discurso de uma letra de música, a fim de contribuir com o esclarecimento do trabalho defendido e dar suporte ao professor.*

PALAVRAS-CHAVE: *Análise Crítica do Discurso, Ensino/aprendizagem, Língua Portuguesa.*

ABSTRACT: *This study aims to defend a proposal subsidized by 'Parâmetros Curriculares Nacionais' (BRASIL, 1998; 2000) and by Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 1992; 1995; FAIRCLOUGH, WODAK, 1997; PEDRO, 1997) about the application of discourse analysis at school context. As a specific purpose, this paper proposes a discursive approach of native language at classroom as a critical-emancipatory social process of the students. For this, we propose a possible discourse analysis of a lyric of music, to contribute to the clarification of the shown work and support the teacher.*

KEYWORDS: *Critical Discourse Analysis, Teaching / learning, Portuguese language.*

INTRODUÇÃO

*Doutoranda em Estudos Linguísticos/Linguística do Texto e do Discurso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); graduada em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Professora Assistente A-nível 1, da Universidade Federal do Amapá; Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa

As discussões atuais sobre o ensino/aprendizagem de línguas culminam em uma perspectiva emancipatória do ser humano. No entanto, apesar de as teorias, principalmente denominadas críticas – como a Análise do Discurso Crítica e o Letramento Crítico (voltadas às problematizações do ensino/aprendizagem de língua materna) em concomitância com as ciências sociais – apresentarem contribuições teórico-reflexivas para que essa perspectiva seja concretizada, vê-se pouco avanço na constituição de uma abordagem de língua/linguagem no contexto escolar que atenda a essa perspectiva emancipatória. Diante disso, a necessidade de se propor intervenções é urgente.

Pretendendo colaborar com o ensino/aprendizagem de língua materna, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de aplicação das contribuições da Análise Crítica do Discurso nas aulas de língua materna, visando à formação de alunos enquanto agentes da sociedade. Para isso, recorre-se às contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Análise Crítica do Discurso para o ensino/aprendizagem de línguas, numa perspectiva social.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Assim, após a introdução, é apresentada uma síntese do histórico do ensino de língua materna no Brasil, seguido de um resgate dos apontamentos dos PCN para esse ensino, em diálogo com a presente proposta. Posteriormente, busca-se estabelecer um paralelo entre a Análise Crítica do Discurso e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Para finalizar este trabalho, é apresentada, como proposta de

aplicação da Análise Crítica do Discurso na sala de aula de língua materna, uma sequência didática de análise do discurso do gênero textual letra de música, na perspectiva da abordagem tridimensional sugerida por Fairclough (1992).

HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O ensino de Língua Portuguesa, de acordo com Soares (2002), foi tornado obrigatório nas escolas brasileiras em 1759, com a chamada Reforma Pombalina. Nesse período, segundo a autora, esse ensino era voltado, exclusivamente, para as classes favorecidas e, especificamente, direcionado ao ensino da norma padrão da época. Posteriormente, no século XIX, segundo Clare (2002), o ensino da Língua Portuguesa configurava-se um ensino enraizado na tradição filosófica grega, a partir de uma perspectiva teórica e analítica, que concebia a linguagem como manifestação do pensamento. Mexias-Simon e Siebiger (2006) acrescentam que somente em 1827 houve o estabelecimento em lei, no país, da obrigatoriedade de os professores ensinarem a ler e a escrever utilizando a gramática da língua do Brasil que, nesse momento, não possuía um rótulo de brasileira ou portuguesa. No entanto, ao final desse século, na tentativa de se impor como independente de Portugal, o Brasil passa adotar a perspectiva da gramática descritiva, em substituição à perspectiva filosófica nas aulas de língua materna (MEXIAS-SIMON; SIEBIGER, 2006).

Já no século XX, segundo Clare (2002), apesar de as teorias linguísticas exercerem certa influência sobre o ensino da língua, este, inicialmente, manteve o foco na tradição gramatical normativa e, nos níveis primário e secundário, contava com o uso de antologias, para guiar o trabalho professoral, e com o *Dicionário de filologia e gramática* (1956), de Mattoso Câmara, para dar suporte ao professor quanto às questões terminológicas. Entretanto, mesmo dispondo desse dicionário e de antologias, o ensino não era padronizado em termos técnicos, pois as nomenclaturas variavam de gramático para gramático e cada professor podia escolher qual gramática considerar. Para padronizar o ensino no país, segundo a autora, o Ministério da Educação e Cultura deliberou, a partir de um grupo de gramáticos, uma compilação dos termos técnicos gramaticais, resultando na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), de 1959. Segundo Mexias-Simon e Siebiger (2006), com a obrigatoriedade da NGB por lei, os gramáticos passaram a usar a nomenclatura padronizada, ao invés de serem autores dos seus próprios termos técnicos.

Clare (2002) ressalta que essa iniciativa de padronização, entretanto, não impediu, na década seguinte, o fracasso do ensino, o que impulsionou a criação da Lei nº 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que criou os Conselhos Estaduais de Educação. A Lei determina que a Educação seja considerada um direito de todos, desde o contexto familiar ao contexto escolar. As determinações dessa lei, segundo Clare (2002), favoreceram a variedade dos cursos, a flexibilidade dos currículos e a articulação dos diferentes níveis escolares, pois, a partir dela, a estruturação

do ensino ficou condicionada às peculiaridades regionais e de seus grupos sociais.

Segundo Clare (2002), com a sanção da Nova Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 5692/71, a língua materna passa a ser reconhecida como instrumento de comunicação e expressão da cultura do país; denominando a disciplina de Comunicação e Expressão no primeiro e segundo ciclos (1ª a 4ª séries); Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa no terceiro e quarto ciclos (5ª a 8ª séries), do, hoje, ensino fundamental; e Língua Portuguesa e Literatura no, hoje, ensino Médio. Essa nova moldura do ensino tinha como foco a oralidade, configurando-se um ensino mais utilitário.

Ainda na década de 1970, a linguagem concebida como um instrumento de comunicação exigia do alunado o seguimento de modelos para elaborar textos e se comunicar, e é nesse período que os gêneros não literários entram na escola. Mexias-Simon e Siebiger (2006) sustentam que o ensino manteve o caráter metalinguístico do seu conteúdo programático, apesar do avanço por introduzir textos não-literários, considerar as variantes regionais, juntar o aspecto produtivo com questão de prescrição e proscrição e por substituir as concepções de certo e errado por noções de adequação e inadequação. Para os PCN, o ensino de língua materna, desde essa década, tem sido o foco principal no que diz respeito à “necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país” (BRASIL, 1998, p.17). Apesar disso, nos anos 1960 e no começo da década de 1970, as propostas de intervenção na realidade do fracasso escolar, a partir da reformulação do

ensino de língua materna, detinham-se às mudanças na forma de ensinar e não focavam nos conteúdos desse ensino. O Documento informa que se

[acreditava] que valorizar a criatividade seria condição suficiente para desenvolver a eficiência da comunicação e expressão do aluno. Além disso, tais propostas se restringiam aos setores médios da sociedade, sem se dar conta das consequências profundas que a incorporação dos filhos das camadas pobres implicava. (BRASIL, 1998, p.17).

Segundo o mesmo Documento, o ensino de Língua Portuguesa só sofreu críticas mais consistentes para uma mudança, no início dos anos 1980, por ocasião das pesquisas produzidas por uma linguística menos influenciada pela tradição normativa e filológica, também em decorrência de pesquisas sobre variação linguística e psicolinguística.

Discursando ainda sobre o perfil do ensino da Língua Portuguesa no país, de acordo com Clare (2002), já na década de 90, a sanção da LDB nº 9.394, de 20/12/1996, determina que a língua materna seja tomada como instrumento de comunicação e mediação do conhecimento e exercício da cidadania. Nesse contexto, os antigos 1º e 2º graus passam a ser conhecidos, respectivamente, como Ensinos Fundamental e Médio. Mais tarde, em 1997, os PCN do Ensino Fundamental desenharam um novo perfil para o ensino, a partir da defesa de que

foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que **permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania** (BRASIL, 1998, p.5, grifo nosso).

Com objetivo de apresentar esse novo perfil proposto pelos PCN, o qual embasa a proposta da necessidade de um ensino/aprendizagem de língua que ajude a despertar o sentimento de cidadania, a partir de uma visão crítica do mundo por parte dos alunos, indicamos, a seguir, alguns pontos que justificam o porquê de se considerar a relevância de a abordagem da análise discursiva ser empregada no contexto escolar.

PCN E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIÁLOGO ENTRE AS PROPOSTAS

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil sofreu teoricamente uma reformulação a partir da elaboração e implementação dos PCN. Após fazer essa volta no tempo e olhar para as teorias, que são discutidas e defendidas atualmente, é perceptível como esse Documento continua atendendo às demandas socioeducacionais, já que defende a necessidade de se formar alunos críticos e reflexivos diante do que leem, ouvem e/ou presenciam na sociedade. Sua proposta de ensino de línguas pretende abarcar as potencialidades possíveis a serem exploradas no contexto escolar, a fim de que os discentes possam se construir como pessoas comprometidas com a cidadania. É diante dessa necessidade que defendemos, neste trabalho, a relevância de se inserir uma abordagem discursiva na sala de aula.

Os PCN sustentam que “o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade

de plena participação social” (BRASIL, 1998, p.19). Dessa forma, apesar de eles já mencionarem o aspecto discursivo no contexto escolar, o fazem na perspectiva de análise da atividade como um todo. Aqui defendemos que se explore, na sala de aula, o conhecimento de que a língua carrega os significados e as ideologias da sociedade que a usa. Nesse sentido, explorar o discurso com o educando pode ajudar a conduzi-lo a uma plena participação na sociedade, a partir do momento que o prepara para as discussões e posicionamentos críticos diante do mundo a que tem acesso.

O Documento acrescenta que é pela linguagem que a humanidade se comunica, alcança a informação, revela e advoga sua opinião, participa de concepções de mundo e constrói a cultura. Considerando essa característica da linguagem, o discurso como manifestação languageira do universo sociopolítico e histórico, é um objeto de estudo que carrega dentro de si um mundo de conhecimento a colaborar com uma formação mais crítica dos alunos. Assim, “questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (BRASIL, 1998, p.8) são potencialidades possíveis a partir da análise do discurso.

Retomando os PCN também, na defesa de que, em síntese, pela linguagem se expressam ideias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações (BRASIL, 1998, p.20).

Defendemos que analisar e refletir sobre a linguagem é necessário e eficiente para que o objetivo proposto pelos PCN, de a escola ajudar a formar pessoas com espírito de cidadania, de modo a participarem social e politicamente da/e na sociedade (BRASIL, 1998), seja efetivado.

Os PCN advogam que a linguagem carrega, dentro de si, o princípio da tradição e da mudança e que a língua permite à humanidade dar significado ao mundo e à sociedade. Ademais, admite que “a produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos” (BRASIL, 1998, p.21). Assim sendo, a análise discursiva na sala de aula que abarca língua e linguagem configura-se uma leitura aprofundada acerca da humanidade. Isso pode ajudar os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a ampliar o potencial linguístico-comunicativo e mobilizar uma participação efetiva e transformacional no mundo, porque possibilita um conhecimento amplo e constante.

Partindo do princípio de que uma educação que considere importante o exercício da cidadania necessita oportunizar ao alunado o desenvolvimento da competência discursiva, toma-se a análise do discurso como uma prática que pode favorecer esse desenvolvimento. Deste modo, segundo os PCN,

a importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes dos que satisfizeram as demandas sociais até há bem pouco tempo e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. A necessidade de atender a essa demanda, obriga à revisão substantiva dos

métodos de ensino e à constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar sua competência discursiva na interlocução (BRASIL, 1998, p.23).

É possível perceber, então, que ajudar o alunado a ampliar essa competência é mais que uma necessidade da escola, é uma exigência para o aluno, do qual passa a ser cobrada a postura de cidadão preparado para a participação efetiva no mundo em que vive e com competência discursiva proficiente. Considerando que a interação de diálogos no contexto escolar é uma eficiente forma de construir conhecimento, porque permite que informações sejam trocadas, opiniões sejam confrontadas, sentidos sejam negociados e processos pedagógicos sejam avaliados, a presente proposta busca oportunizar essa interação a partir da socialização da análise do discurso quando da sua abordagem oral.

As atividades discursivas propostas pelo Documento estão descritas como

uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva (BRASIL, 1998, p. 27).

Assim, entende-se que uma abordagem discursiva precisa adotar como recursos a prática das quatro habilidades – produção oral, compreensão oral, produção escrita e compreensão escrita – em sala de aula.

De acordo com os PCN, o processo de ensino-aprendizagem tem como foco a ampliação do domínio discursivo ativo em todos os âmbitos

comunicacionais, a fim de que se contribua para que o alunado se engaje socialmente nas questões de cidadania. Para isso, o documento orienta que a escola organize um conjunto de atividades progressivas que, dentre outras coisas, ajude os estudantes a

- analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos;
- contrapondo sua interpretação da realidade a diferentes opiniões;
- inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto;
- identificando referências intertextuais presentes no texto;
- percebendo os processos de convencimento utilizados para atuar sobre o interlocutor/leitor;
- identificando e repensando juízos de valor tanto socioideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua;
- reafirmando sua identidade pessoal e social. (BRASIL, 1998, p. 33).

A adoção em sala de aula da abordagem discursiva, por um viés crítico, é uma forma de ampliar a capacidade leitora dos alunos, (re)formar a identidade cidadã, a partir de uma postura ativa, e de prepará-los para se defrontar com o diferente. Essa prática pode também ajudá-los a aceitar a opinião e visão do outro, repensar suas próprias posturas e a dialogar com embasamento argumentativo e livre de “achismos”. Para tanto, a presente proposta parte da vertente crítica da análise do discurso, por se entender que é necessário desmitificar valores na sala de aula como uma forma de preparar o aluno para a vida. Não basta apenas analisar a linguagem *per si*, é preciso projetá-la para o contexto do mundo real, com os seus problemas e conflitos sociais, cobrando assim do alunado que o aprendido na sala possa ser visto e vivido no dia a dia.

Com base no exposto, serão tecidos, no tópico seguinte, diálogos entre os PCN e a teoria do discurso, com foco na abordagem crítica desse estudo, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD).

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS: EM DIÁLOGO COM OS PCN

Contrariando um histórico tradicionalista de ensino de Língua Portuguesa centrado na gramática, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio projetam a necessidade de outra postura para o ensino de língua materna. De acordo com esse Documento, o objetivo das aulas de português deve ser preparar o discente para participar ativamente da vida social, constituindo-o enquanto um sujeito cidadão. Para tanto, sugere que o ensino se volte para a reflexão do uso da língua na vida e na sociedade.

Nesse sentido, os diversos textos que circulam na esfera social devem ser trabalhados a partir de uma perspectiva crítica, já que os PCN consideram os textos como construções situadas no social, produtos de uma história sociocultural porque emergem do diálogo entre interlocutores que também são socialmente situados. Em adição a tal ponto de vista, o documento ressalta que “relacionar os discursos com contextos sócio-históricos, ideologias, simulacros e pensar os discursos em sua intertextualidade podem revelar a diversidade do pensamento humano”. (BRASIL, 2000, p.18). Fiorin (2003), por sua vez, acrescenta que a ideologia é formada pela realidade e, ao mesmo tempo, contribui para a

formação desta. Dessa forma, a análise do discurso pode ajudar na compreensão da realidade, o que pode levar os discentes a se posicionarem criticamente diante das verdades e valores impostos, questionando e intervindo nessa realidade mascarada.

Ao mencionar o texto enquanto enunciado produzido dentro da esfera social, produto do diálogo entre interlocutores socialmente situados, percebe-se que os PCN estão atrelando essa noção à noção de discurso, negando a visão que se tinha do texto enquanto produto inerte e fechado em sua materialidade. Portanto, nessa perspectiva, o ensino de língua ganha nova roupagem sob a ótica do estudo e das concepções de discurso.

Outros pontos que suscitam interesse da presente proposta nesse Documento é o fato de arrolarem discurso à noção de ideologia, conforme já mencionado, e explanarem que a construção dos discursos está ligada a questões de poder e hierarquia, ou seja, a constituição dos discursos é controlada pelos que detém poder, pois

no processo interlocutivo há imposições sociais de hierarquia entre os pares que procuram refrear a verbalização de sentimentos e pensamentos considerados subalternos ou não referendados pelas autoridades que autorizam e controlam comportamentos pela linguagem. (BRASIL, 2000, p. 20).

Nesse contexto, fica claro que as aulas de Língua Portuguesa não devem ser pautadas em uma abordagem imanente, ou puramente gramatical, como demonstrado no histórico, ou na interpretação superficial dos textos como muitas vezes acontece na conjuntura escolar.

A observação atenta da redação dos PCN revela que o conteúdo desse documento estabelece um grande paralelo com os principais apontamentos da ACD, que tem como principal premissa tratar o uso do discurso como uma forma de prática social. Daí retomarmos a afirmação, apresentada no tópico anterior, de que esse documento continua atendendo as demandas socioeducacionais dos dias atuais.

A ACD é uma área da Linguística que, diferente de outras vertentes de abordagem do discurso, se pauta na crescente consciência da importância da linguagem na vida social. Para essa disciplina, os discursos constroem ou mesmo reconstroem as situações e a identidade social dos sujeitos que participam de tais situações (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997), sendo, portanto, importante o estudo dessas questões para se ter acesso à realidade sócio-histórica em que se está inserido.

A influência da análise do discurso de linha francesa para a abordagem crítica é marcante pela introdução do conceito de ideologia e por considerar a linguagem como um local de manifestação da ideologia. Os discursos trazem as ideologias que permeiam uma sociedade, revelando relações desiguais de poder e de dominação, conforme ressalta a concepção faircloughiana de que

as práticas discursivas podem ter efeitos ideológicos de peso, podem ajudar a produzir e reproduzir relações desiguais de poder entre, por exemplo, as classes sociais, as mulheres e os homens, as maiores e minorias culturais e étnicas, por meio da maneira como representam os objetos e situações às pessoas. (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, p. 368)

Ainda considerando esse panorama, Pedro (1997) assevera que os discursos de alguém revelam o funcionamento das visões de mundo de que se dispõe e à ACD cabe exatamente a tarefa de averiguar quais as visões de mundo estão incutidas em determinada construção linguística.

Como os discursos modelam o social e, ao mesmo tempo, são moldados por esse (FAIRCLOUGH, 1995), o qual é marcado pela diversidade, eles frequentemente refletem questões como racismo, discriminação com base no sexo, na idade, na profissão, questões de imposição de poder, etc. Entretanto, essas questões, muitas vezes, são mascaradas nos textos e somente uma análise crítica mais apurada de identificação da ideologia subjacente poderia identificá-las. Destarte, a relevância da ACD se situa exatamente nesse âmbito, pois pretende tornar transparente questões opacas no discurso, tornando evidente para as pessoas as relações de poder implícitas no uso da linguagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000) destacam também, assemelhando-se aos apontamentos da ACD, o discurso como local de subtendidos, que podem subjugar os sujeitos, caso esses não tenham consciência disso:

Deve-se compreender o texto que nem sempre se mostra, mascarado pelas estratégias discursivas e recursos utilizados para se dizer uma coisa que procura “enganar” o interlocutor ou subjugá-lo. Com, pela e na linguagem as sociedades se constroem e se destroem. (BRASIL, 2000, p. 19).

É considerando todos esses apontamentos que, para nós, parece relevante que os educandos tenham, em suas aulas de língua portuguesa,

uma orientação desse tipo que visa à criticidade e a formação de sujeitos agentes. Obviamente, não se trata aqui de sugerir que os alunos tenham aulas de ACD, mas que as contribuições dessa teoria sejam consideradas pelos docentes e trabalhadas por eles, a partir de uma postura de adequação para o ambiente escolar e em consideração às devidas idades dos alunos, conforme ilustra a nossa proposta no item seguinte.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ACD NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DE TRABALHO

A fim de exemplificar a proposta apresentada neste artigo de aplicação dos principais apontamentos da Análise Crítica do Discurso no ensino/aprendizagem de língua portuguesa a partir da exploração de textos, expõe-se a seguir um exemplo de análise básica que poderá contribuir com o trabalho docente. Pretendendo facilitar esse trabalho, será apresentada uma proposta de análise de um gênero textual muito explorado em sala de aula e que faz parte do contexto diário dos alunos, a letra de música.

A música *Admirável Chip Novo* no contexto escolar: uma proposta de trabalho

O gênero escolhido trata-se da letra da canção *Admirável Chip Novo*, composição e interpretação da cantora de rock, Pitty. Essa é uma canção interessante para se trabalhar, porque, além de poder agradar ao público

jovem (do Ensino Médio), possui uma letra que trata de questões atuais, como a influência da tecnologia na vida da sociedade. Ver letra de música na **Figura 1**:

Figura 1 – Letra da música ‘Admirável Chip Novo’

Pane no sistema alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo
Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado
Mas lá vem eles novamente, eu sei o que vão fazer:
Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não senhor, Sim senhor, Não senhor, Sim senhor

Pane no sistema alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo
Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado
Mas lá vem eles novamente, eu sei o que vão fazer:
Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não senhor, Sim senhor, Não senhor, Sim senhor

Mas lá vem eles novamente, eu sei o que vão fazer:
Reinstalar o sistema

Fonte: <https://www.vagalume.com.br/pitty/admiravel-chip-novo.html>.

Para o trabalho desenvolvido em sala de aula e com o objetivo de tornar a abordagem mais didática, é viável que o professor busque seguir a proposta de análise crítica do discurso, aqui defendida, partindo da sequência metodológica sugerida por Fairclough (1992), que se pauta no

modelo tridimensional de *descrição* (texto), *interpretação* (prática discursiva) e *explicação* (prática social) do discurso.

Para a *descrição*, primeiramente, o professor pode explorar a textualidade da canção, considerando o vocabulário, a construção gramatical, a coesão e a estrutura textuais, a partir de um procedimento interativo que favorece a habilidade de investigação do alunado. Essa análise linguística é necessária, porque considerando que “o discurso é estruturado, temos que diferenciar no seu interior uma sintaxe e uma semântica” (FIORIN, 2003, p.17).

A fim de ilustrar, partindo do seguinte excerto “Pane no sistema, alguém me desconfigurou/ Aonde estão meus olhos de robô?/ Eu não sabia, eu não tinha percebido/ Eu sempre achei que era vivo/ Parafuso e fluído em lugar de articulação”, o professor indagaria aos alunos sobre a qual campo semântico a maioria dos termos do trecho da música pertence, levando-os a identificar a recorrência de termos que remetem ao contexto tecnológico.

Outro procedimento seria pedir aos estudantes que identificassem que tipo de verbo predomina em “Pense, fale, compre, beba/ Leia, vote, não se esqueça/ Use, seja, ouça, diga/ Tenha, more, gaste e viva”, induzindo-os a constatar a predominância de verbos no modo imperativo.

Após o método de descrição, o professor trabalharia objetivando compor a segunda dimensão, ou seja, a *interpretação*, na qual se considera a prática discursiva. Para isso, lançaria questionamentos sobre onde foi produzida a música, por quem ela foi produzida, a quem se destina, qual o objetivo de uma produção desse tipo e quais os efeitos de sentido que a

letra poderia exercer sobre a vida das pessoas. Com tal procedimento, buscaram-se investigar a respeito da produção, distribuição e consumo desse discurso.

De acordo com Pedro (1997), a compreensão dos contextos sociais do uso linguístico é uma tentativa de entender a aplicação da linguagem no centro das estruturas da sociedade e das ideologias que a organizam. Dessa forma, esses questionamentos podem ajudar nessa compreensão.

Como categorias de análise, o docente pediria aos estudantes que observassem a coerência, as intertextualidades presentes no texto, as interdiscursividades e como elas foram usadas para compor um texto com sentido completo. Algumas questões norteadoras seriam: essa música retoma algum outro texto? Vocês já leram algo parecido? A quais outros discursos essa música faz referência? Há algumas expressões que aparecem tipicamente em outros contextos? Quais são essas expressões e em quais contextos aparecem?

Na sequência, o professor encerraria essa etapa, discutindo essas questões e evidenciando que a produção dessa letra de música é da cantora Pitty, que traz muito o teor “libertário” em suas canções, desta maneira, parece direcioná-las ao público jovem que gosta de rock e procura nesse estilo a sua expressão de liberdade. Além disso, o educador deveria elucidar que a distribuição dessa canção dá-se pela mídia, em um contexto que visa ao lucro, a partir da venda da música pela divulgação nos sistemas de rádio e televisão. Nesse ponto, é importante ressaltar a importância de desmistificar os valores inclusos na sociedade, camuflados no discurso,

considerando que “no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido” (FIORIN, 2003, p.17).

Algumas reflexões podem ser mais difíceis aos alunos, já que, provavelmente, possuem um conhecimento de mundo menos apurado do que o professor, então, a intertextualidade trazida pela letra deve ser citada pelo professor, o qual explicaria que o título *Admirável Chip Novo* mantém intertextualidade com o título da obra *Admirável Mundo Novo*, escrita por Aldous Huxley em 1931³. Esse escritor inglês apresenta na referida obra uma sociedade futurista organizada em castas, isenta de ética religiosa e valores morais e com consumo de droga não só liberado, mas também incentivado. Nessa sociedade, as pessoas são biológica e psicologicamente condicionadas a viverem em harmonia nas castas em que estão inseridas, podendo recorrer à droga “soma”, para aliviar qualquer inquietação que, por ventura, possa existir.

Com o destaque do trecho “Não senhor, Sim senhor”, o docente perguntaria aos alunos em que contextos essa expressão comumente aparece e, provavelmente, eles responderiam no contexto familiar, em que se deve obediência às figuras materna e paterna e no contexto militar, em que se deve respeito às autoridades. A maiúscula alegorizante do *sim* reforça o estado de obediência, remetendo à estrutura militar em que os superiores perguntam ou ordenam e os subalternos respondem apenas sim ou não, conforme o contexto.

³ Uma possibilidade para se explorar melhor a intertextualidade e preparar os alunos para estabelecer o diálogo entre os textos seria a recomendação, em momento anterior, da leitura da obra.

Outro interdiscurso encontrado é o tecnológico, pois em muitos momentos a letra da canção apresenta funcionalidades e ações como “Pane no sistema, alguém me desconfigurou”, “é tudo programado”, “Reinstalar o sistema”. Destarte, com tais procedimentos, a questão do interdiscurso é abordada.

Em sequência a essas duas etapas do modelo tridimensional de Fairclough (1992), seguiria a abordagem da produção de sentido pautado na prática social, ou seja, na *explicação*. Nesse estágio, busca-se trabalhar mostrando como os usos linguísticos e os apontamentos sobre a produção discursiva estão atrelados à (re)construção discursiva do contexto social. Deve-se suscitar nos estudantes um olhar analítico acerca das relações que essa música poderia estabelecer com o cotidiano, pedindo que, em grupo, discutam quais são essas possíveis relações. Nesse momento, busca-se a elaboração de uma análise mais aprofundada, que exigirá deles uma maior concentração e esforço.

Algumas retomadas devem ser feitas a fim de averiguar como a postura discursiva adotada constrói determinados sentidos e está relacionada a aspectos ideológicos e hegemônicos, isto é, como os usos linguísticos contribuíram para representar a sociedade; objetiva-se também investigar o que está por trás de tal representação. Na categoria ideologia, analisam-se os sentidos das palavras, as metáforas e demais usos linguísticos que podem ser investidos ideologicamente. Em relação à hegemonia, analisam-se os direcionamentos econômicos, políticos e culturais que compõe essa prática social.

Quanto à grande utilização de léxicos pertencentes ao campo semântico da tecnologia, esses remetendo ao próprio ser humano, verifica-se que eles servem para compor um significado de seres humanos como marcados pelo processo de *coisificação*, ou seja, algo atua de modo a tornar robô o que antes era humano. Os imperativos atuam mostrando um arsenal de imposições e regras a serem seguidas, remetendo-nos a uma sociedade que nos leva a seguir seus padrões. Daí a relevância de se utilizar a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, que tem como objetivo revelar a forma de imbricação das práticas linguístico-discursivas “com as estruturas sociopolíticas, mais abrangentes, de poder e dominação” (PEDRO, 1997, p. 22).

Analisando agora a intertextualidade mencionada, semelhante à obra huxleyana, o rock de Pitty apresenta uma sátira ao tipo de sociedade pós-moderna que se instituiu, na qual a humanidade vive como que mecanicamente controlada por um computador central. Assim sendo, na sátira musical, é perceptível a visão de uma humanidade limitada, cerceada pela estrutura da sociedade.

A interdiscursividade estabelecida com o contexto militar também ajuda a corroborar com a ideia de sociedade regida por regras, em que há uma ordem que predomina e subjuga os seres. A partir do segundo interdiscurso, estabelecido com a área tecnológica, pode-se depreender que as pessoas são como que as máquinas, porque são condicionadas às novas instalações, às atualizações dos programas (os quais são alterados cotidianamente) e não são, de fato, donas de suas vidas, uma vez que tudo é

programado. Sujeitas às reinstalações dos sistemas por parte dos responsáveis pela sociedade, as pessoas são seres estagnados, sem vida, reforçando a seguinte ideia: “Eu sempre achei que era vivo”.

Entre as construções *Admirável Mundo Novo* e *Admirável Chip Novo*, provenientes da intertextualidade estabelecida pela canção, depreende-se uma metáfora, que o professor poderia explanar aos discentes como sendo *O mundo é um chip*, pois a palavra ‘chip’ estaria substituindo a palavra ‘mundo’ da ideia original (obra de Aldous Huxley). A significação social dessa construção é o que interessa, portanto, o professor necessita destacar que a metáfora constrói a ideia de um mundo tecnológico e programado, onde tudo é controlado por um sistema, assim como um chip que “controla” um aparelho celular, por exemplo.

Depois de trilhar todo esse caminho, o educador deveria aguçar ainda mais o senso crítico dos alunos, pedindo que tentassem encontrar outros sentidos que não estão explícitos no discurso, mas são importantes para se ter acesso à real mensagem trazida por ele. Nota-se que o discurso é voltado para os jovens, mas, ao mesmo tempo, critica-os; o subentendido é que eles são os grandes responsáveis pela manutenção desse sistema, pois buscam liberdade, mas são os que mais sustentam o contexto social de imposições ao serem facilmente manipulados por propagandas e pelo incentivo ao consumismo que essas trazem.

Uma incoerência presente nesse discurso, e que precisa ser destacada, é que a letra da canção critica a sociedade capitalista que tenta estabelecer um padrão, mas também visa ao lucro, já que foi feita para

vender, portanto, alimenta o mesmo sistema mecânico controlado pelo dinheiro.

Com tais posturas, enfatiza-se a vinculação do discurso com a vida social, concepção básica da Análise Crítica do Discurso que avalia ser relevante

analisar o funcionamento [das] visões do mundo que subjazem à constituição dos fatos, dos acontecimentos e, sobretudo, da agenciamento, concretamente nos aspectos que, de forma específica, se relacionam com a linguagem, o discurso, a ideologia e a sociedade. (PEDRO, 1997, p. 22).

Conforme mencionado, os discursos são marcados pela ideologia e demonstram as concepções de mundo dos sujeitos que estão inseridos sócio-historicamente, assim, nota-se que o eu musical tentou representar sua concepção de mundo, que vê a sociedade e os seres humanos, em geral, como regulados por relações de poder, sendo altamente constrangidos por padrões e imposições.

Pensando na concepção Faircloughiana de que “toda instância de uso da linguagem tem sua própria contribuição na reprodução e ou na transformação da sociedade e cultura, incluídas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, p.390), essa letra pode ser usada como meio de contestação do sistema, e a evidência dessas questões é crucial para que os alunos tenham maior consciência do poder da linguagem na vida das pessoas e se sintam seres participantes desse processo.

Esta análise discursiva, sugerida para aplicação no ensino-aprendizagem de língua materna, representa uma pequena amostra das

potencialidades da exploração da análise do discurso para a formação dos alunos como agentes, a partir do viés discursivo da reflexão, pesquisa, argumentação, confrontação e ação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste trabalho diz respeito à possibilidade de contribuir para com a emergência de uma abordagem de leitura mais aprofundada nas aulas de Língua Portuguesa, a partir da análise do discurso de forma crítica, que pode ajudar o alunado a se constituir enquanto cidadão, consciente do poder cumulado na linguagem. Dessa forma, as aulas de língua materna passam a focar a linguagem a partir de seus usos sociais, revelando o que está por detrás do discurso, na concepção da opacidade da língua.

Este trabalho está amparado pela perspectiva discursiva defendida pelos PCN, que muito se referenda pelas teorias do discurso, e, principalmente, pelos pressupostos defendidos pela Análise Crítica do Discurso, no que tange à sua contribuição para a sociedade. Esta proposta também atende à necessidade de se trabalhar com gêneros discursivos que sejam parte da realidade dos alunos, que, neste caso, é o público jovem do Ensino Médio.

Ao final do percurso deste trabalho, espera-se ter apresentado reflexões que possam contribuir com o professor de língua materna, no

sentido de que ele assuma o importante papel de agente na formação de cidadãos, posicionados criticamente e engajados socialmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais** (Ensino Médio). Brasília: MEC/SEB, 2000.

CLARE, N. de A. V. 50 Anos de Ensino de Língua Portuguesa (1950-2000). In: VI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, VI, 2002. **Anais**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno06-05.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. **Critical discourse analysis**. The critical study of language. Londres: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. **Análisis crítico del discurso**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 1997.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2003.

MEXIAS-SIMON, M. L.; SIEBINGER, M. L. M. **O ensino da língua portuguesa no Brasil**: Mudanças de Abordagem, p. 1-46, 2006. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/marialuciamexias/public/oensinodalinguaportuguesanobrasili.doc>>. Acesso em: 17 jun.2012.

PEDRO, E. R. Análise Crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-177.